

A autorização para a prática de atos (DL 272/2001, de 13 de outubro)

7 de abril de 2026 | *Webinar*

Ação de Formação Contínua de Tipo G

Destinatários: Juízas/es e magistradas/os do Ministério Público. Outros/as profissionais da área forense.

Objetivos: proporcionar uma análise prática sobre o regime da autorização para a prática de atos, nos termos do Decreto-Lei n.º 272/2001, de 13 de outubro, abordando os pressupostos legais, os procedimentos aplicáveis e as principais dificuldades na sua aplicação.

Manhã

10h00 Abertura

10h10 Autorização para a prática de atos – o regime legal, tramitação processual e a prática judiciária

Ana Massena, *Procuradora-Geral-Adjunta e Inspetora do Ministério Público*

11h15 Debate

Moderação: Ricardo Matos, *Procurador da República e docente do CEJ*